



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

ATA

ACEITO EM / /2021

APROVADO EM / /2021

**PROJETO DE LEI DE VEREADOR 173 /2021**

**PROTOCOLADO SOB Nº 5581 /2021**

**EM 13/07/21**

**DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE QUE RESULTEM EM DESPEJO, DESOCUPAÇÕES OU REMOÇÕES FORÇADAS ENQUANTO PERDURAR A PANDEMIA E SEUS IMPACTOS CAUSADA PELO AGENTE CORONAVÍRUS (COVID-19).**

Art. 1º. Em conformidade com o Decreto nº 18264/2021, de 02 julho de 2021 , que reconhece o estado de emergência no município do Rio Grande, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o município do Rio Grande, e dá providências correlatas.

Art. 2º Fica suspenso o cumprimento de medida judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultem em despejos, desocupações ou remoções forçadas, em imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais no âmbito do município.

Parágrafo único - Para fins do disposto neste artigo, aplica-se a suspensão nos seguintes casos, dentre outros:

I. Execuções de decisões liminares e de sentenças, em ações de natureza possessória, petitoria e de despejo;

II. Desocupações e remoções forçadas promovidas pelo Poder Público;

III. Medidas extrajudiciais;

IV. Autotutela;

V. Remoções em imóveis públicos.

VI. Imissão na posse que implique remoções.

Art. 3º. A suspensão dos despejos ou remoções se aplica a imóveis que sirvam de moradia ou que representem área produtiva pelo trabalho individual ou familiar, e tem como objetivo evitar medidas que resultem em pessoas e famílias desabrigadas, bem



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

			ATA
ACEITO EM	/	/2021	
APROVADO EM	/	/2021	

**PROJETO DE LEI DE VEREADOR \_\_\_\_\_/2021**

**PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_\_/2021**

**EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

como garantir a proteção do direito à moradia adequada e segura durante a pandemia do COVID-19, promovendo:

- I. A garantia de habitação, visando o cumprimento do isolamento social;
- II. A Manutenção do acesso aos serviços básicos de comunicação, energia elétrica, água potável, saneamento e coleta de lixo;
- III. A proteção contra intempéries climáticas ou outras ameaças à saúde e à vida;
- IV. O acesso aos meios de subsistência, inclusive o acesso à terra, fontes de renda e trabalho
- V. A Privacidade, segurança e proteção contra qualquer tipo de violência.
- VI. O Serviço de Moradia Social;
- VII. A proteção de segmentos mais impactados pela pandemia, tais como: os idosos, pessoas com deficiência, crianças e população em situação de rua, negros e negras, mulheres e lgbtqi+.

Art. 4°. Considera-se nula a medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em despejos, desocupações ou remoções forçadas de imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais, realizada durante todo o período da pandemia, ou enquanto vigorar o estado de emergência em função da pandemia.

Art. 5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada por disposição em contrário.

Rio Grande, 13 de julho de 2021.

  
**Vereadora Regininha**  
**Partido dos Trabalhadores**

**JUSTIFICATIVA: em plenária..**